

Resenha de: Maria Celina D'Araujo e Lucas Pereira Rezende (Ed.). 2024. *Forças armadas e política no Brasil republicano: a Nova República (1988-2018)*. Volume 2. Rio de Janeiro: FGV Editora. ISBN 978-65-5652-297-5

---

CARLOS ARTUR GALLO

A coletânea ora resenhada faz parte de um projeto acadêmico que, no mínimo, pode ser classificado como ambicioso. Afinal, poucas obras têm como objetivo central traçar um panorama a respeito das relações entre forças armadas e política no Brasil que seja tão diverso quanto preciso nas abordagens e temas que analisa. Fazendo par com um primeiro volume, que se detém no período que vai desde 1889 (ano de início da República) até 1988 (ano de promulgação da atual Constituição Federal), o segundo volume da coletânea organizada por Maria Celina D'Araujo e Lucas Pereira Rezende foca no período da Nova República, abrangendo fatos das últimas décadas aos dias atuais. Aborda, portanto, aquilo que parte da historiografia tem chamado de “história do tempo presente”. Nada mais desafiador na análise de um objeto que, por si só, já é bastante complexo.

Soma-se aos desafios analíticos, e, igualmente, acadêmicos, o fato de que a coletânea recentemente publicada pela Editora da FGV, com apoio da Faperj, foi pensada, organizada, escrita e revisada numa conjuntura marcada por uma série de acontecimentos políticos que, sem dúvidas, evidenciam a necessidade de discutir e interpretar como integrantes das forças armadas no país se politizaram nos últimos anos. É notório, por exemplo, o fato de que militares passaram a ocupar postos-chave nos governos iniciados após a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Tão notório quanto sintomático, por sua vez, é o fato de que, pela primeira vez desde o final da ditadura civil-militar (1964–1985), tenhamos convivido com um governante que, reiteradamente, fez apologia ao período de exceção.

Embora esta não seja uma obra organizada para discutir especificamente os legados da ditadura brasileira, e nem mesmo tenha sido pensada para ser lançada no momento em que se rememoram os 60 anos do Golpe de

---

**Carlos Artur Gallo** é bolsista de produtividade do CNPq (PQ-2). Doutor em Ciência Política pela UFRGS, com estágio pós-doutoral pela Universidade Complutense de Madri (UCM, Espanha). Professor do Departamento de Sociologia e Política (DESP) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPOL) da Universidade Federal de Pelotas (UfPel). Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (Nuppome-UfPel). Orcid.org/0000-0002-0111-4400 E-mail: galloadv@gmail.com.

Estado que, em abril de 1964, depôs o presidente João Goulart, é inegável a desta contribuição para o campo de estudos sobre o tema. Ainda que, por certo, e é importante reiterar, esta não tenha sido a intenção original dos seus organizadores.

Antes de falar especificamente sobre a obra e seus capítulos, é importante fazer uma breve menção aos organizadores. Não por serem desconhecidos, mas justamente para reforçar o que é evidente: trata-se de uma dupla de pesquisadores que detém inegável conhecimento nos estudos sobre as forças armadas no país. Maria Celina D’Araujo, atualmente professora visitante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é, sem dúvidas, uma das maiores especialistas nos estudos sobre as nada lineares relações entre militares e política no contexto brasileiro.

Na década de 1990, pouco tempo após o fim da ditadura — e, por isto mesmo, numa conjuntura na qual a sombra do autoritarismo e a incerteza dos rumos da transição estavam fortemente presentes —, capitaneou, conjuntamente com o saudoso professor Gláucio Ary Dillon Soares, falecido em 2021, e com Celso Castro, a organização das coletâneas de entrevistas que ajudaram a traçar um panorama da “memória militar” sobre o Golpe, a repressão e a abertura (Soares, D’Araujo, and Castro 1994a; 1994b; 1995). Desde os anos 2000, já publicou diversas obras sobre o tema, contribuindo para o avanço nas análises sobre democracia, forças armadas, políticas de defesa no Brasil e na região do Cone Sul. Recentemente, presidiu a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) no biênio 2023-2024.

Lucas Pereira Rezende, hoje professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é outro nome que, nos últimos anos, ganhou destaque nos estudos sobre forças armadas e políticas de defesa. Em sua tese, que foi posteriormente publicada pela Editora da UnB (Rezende 2015), por exemplo, analisou de forma profunda e precisa como foi estabelecida, nas últimas décadas, a agenda de cooperação em defesa na América do Sul. Soma-se à experiência acadêmica *stricto sensu*, sua atuação, há anos, junto à ABED.

Feita essa apresentação sobre os organizadores, é preciso focar na obra. O que a coletânea resenhada tem de diferente, e, em certa medida, inovador? Um primeiro aspecto a ser considerado neste sentido se relaciona com o fato de que foram convidadas/os para compô-la apenas especialistas civis. Não que militares-acadêmicos tenham que ser sumariamente excluídos do debate e/ou não possuam condições de se manifestar sobre temas do seu interesse corporativo. Ao contrário, conforme expressado pelos próprios organizadores, a escolha por autoras/es civis serve, principalmente, para mostrar que “[...] é falsa a inexistência de civis altamente capacitados para discutir a questão militar em suas diferentes facetas”.

Um segundo ponto a ser destacado, por sua vez, se refere à pluralidade de temas abordados nos capítulos. As análises contidas no Volume 2 abordam desde questões estruturais e institucionais (Justiça Militar, formação de quadros, participação em operações estratégicas na Amazônia e na Segurança Pública, cooperação e inteligência) até outros recortes temáticos que discutem, com acerto, pautas (bastante atuais) sobre gênero e sexualidade no âmbito das corporações militares, assim como a relação/reação de setores das forças armadas diante dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Em termos de estrutura, o Volume encontra-se organizado em 12 capítulos, além de contar com um texto de apresentação escrito por Adriana Marques (UFRJ) e Alexandre Fuccille (Unesp). Merecem destaque, em minha leitura inicial do livro, os capítulos que foram escritos por: Maria Celina D'Araujo (capítulo 1), Anaís Medeiros Passos (capítulo 3), Ana Penido e Suzeley Kalil (capítulo 5), Maria Cecília de Oliveira Adão e Suzeley Kalil (capítulo 8), e, finalmente, Alexandre Fuccille (capítulo 9).

Em seu capítulo, intitulado “Justiça Militar no Brasil e os limites da transição democrática”, Maria Celina D'Araujo realiza uma discussão sobre a permanência, em pleno regime democrático, de uma instância judicial especial para julgar militares. Em linhas gerais, a autora discute, com precisão, os motivos pelos quais tal instância foi mantida mesmo após o fim da ditadura, tendo, inclusive, ampliado seu campo de atuação nas décadas seguintes. Sintoma dos limites do processo de transição à democracia, ocorrido entre 1974 e 1985, a presença da Justiça Militar no país pode ser entendida não apenas como um enclave autoritário, mas como um obstáculo para a democratização das relações civil-militares.

No capítulo “A atuação das forças armadas na regulação da ordem social: as operações de Garantia da Lei e da Ordem (1985-2020)”, Anaís Medeiros Passos, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), traça um panorama sobre a participação de militares atuando no campo da Segurança Pública. Analisando operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) realizadas desde 1985 até 2020, a autora chama a atenção para o fato de que houve uma mudança no caráter das ações empreendidas com o passar dos anos. Isto é, se as operações realizadas entre 1985 e o início da década de 1990 serviram como instrumento de repressão à oposição política (sindicatos e movimentos no campo), a partir de 1994 (com a “Operação Rio”) — mas, principalmente após 2010 — tais ações passaram a ser instrumentalizadas como mecanismo de intervenção nas periferias urbanas. A experiência advinda das missões de paz no exterior contribuiu decisivamente na atuação das forças armadas na área da Segurança Pública.

Escrito em coautoria por Ana Penido, pesquisadora de pós-doutorado na Universidade de Campinas (Unicamp), e Suzeley Kalil, professora na Universidade Estadual Paulista (Unesp), o capítulo “A educação dos militares brasileiros” foca em um tema que considero essencial no tocante à capacidade de que setores civis exerçam um controle real sobre as forças armadas em nosso país. Afinal, como sustentar a hipótese de que há um controle civil efetivo sobre as corporações militares quando estas mantêm sua autonomia na definição dos conteúdos que irão formar seus próprios quadros? Vem à tona, neste capítulo, mais um legado ou enclave autoritário que, longe de ter sido enfraquecido com o fim da ditadura e durante a transição à democracia, se manteve inalterado no novo cenário político.

Em mais uma coautoria, Suzeley Kalil escreve, conjuntamente com Maria Cecília de Oliveira Adão, professora do Centro Universitário Claretiano, o capítulo intitulado “Forjando o escudo de Minerva: as mulheres nas forças armadas brasileiras”. Neste capítulo, as autoras fazem um resgate dos debates sobre a incorporação de mulheres às forças armadas no século XX, destacando Resoluções da ONU sobre o tema e trazendo exemplos de como tal processo se deu em outros países, como os Estados Unidos da América. Quando a análise recaí, especificamente, no contexto brasileiro, observa-se claramente que o tema não foi enfrentado/digerido de forma equânime entre as diferentes Forças militares. A Marinha, neste sentido, deu um pontapé inicial em 1980, quando permitiu o ingresso de mulheres em seus quadros. Enquanto a Aeronáutica fez o mesmo em 1982, o Exército, por sua vez, só veio a fazê-lo em 1992. Apesar dos avanços, o fato é que a presença de mulheres na corporação ainda é residual, perfazendo pouco mais de 8% (somada a sua presença junto às três Forças) do contingente no país em 2019.

Para encerrar minha lista de destaques, faço menção ao capítulo “A questão LGBT nas forças armadas do século XXI: notas sobre a realidade ibero-americana (Espanha, Portugal, Argentina e Brasil)”, escrito pelo professor Alexandre Fuccille, da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Se é um fato que a incorporação das mulheres nas forças armadas enfrentou e enfrenta obstáculos atrelados ao machismo estrutural, é fato, igualmente, que há uma série de preconceitos que recaem sobre as pessoas da comunidade LGBT+. O capítulo escrito por Fuccille, neste sentido, nos ajuda a pensar sobre os desafios no tocante à inclusão de gays, lésbicas e pessoas trans, entre outras, no meio militar. Para fomentar a reflexão, o autor apresenta dados e discussões em perspectiva comparada, analisando como Espanha, Portugal, Brasil e Argentina lidam com o tema. Entre os avanços no plano normativo que se pretende, de fato, mais inclusivo, e a realidade das práticas no âmbito das corporações, o texto de Fuccille evidencia como

o caso brasileiro constitui, ainda hoje, uma espécie de contraponto negativo em comparação aos demais países selecionados para a análise.

Como toda obra acadêmica de qualidade, a coletânea *Forças armadas e política no Brasil republicano* não responde, em caráter definitivo, parte dos problemas sinalizados pelas/os autoras/es em seus capítulos. Mais importante do que poder responder a todos eles, contudo, é poder formulá-los e compartilhá-los entre especialistas de diferentes gerações e regiões do país. Que a leitura desta obra contribua para o bom debate acadêmico, de civis e militares, comprometidos e desejosos, por certo, de um futuro no qual as relações entre militares, sociedade civil e política sejam pautadas não pela desconfiança, mas sim pela cooperação e pela defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia.

### REFERÊNCIAS

Soares, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Ed.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.

Soares, Gláucio Ary Dillon; D'Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (Ed.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.

Soares, Gláucio Ary Dillon; D'Araujo, Maria Celina; Castro, Celso (Org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

Rezende, Lucas Pereira. *Sobe e desce: explicando a cooperação em defesa na América do Sul*. Brasília: Editora da UnB, 2015.